CONCLUSÃO Da paródia à política

Comecei pela questão especulativa de saber se a política feminista poderia funcionar sem um "sujeito" na categoria de mulheres. A questão em jogo não é se ainda faz sentido, estratégica ou transicionalmente, fazer referência às mulheres para fazer reivindicações representativas em nome delas. O "nós" feminista é sempre e somente uma construção fantasística, que tem seus propósitos, mas que nega a complexidade e a indeterminação internas do termo, e só se constitui por meio da exclusão de parte da clientela, que simultaneamente busca representar. Todavia, a situação tênue ou fantasística "nós" não é motivo de desesperança, ou pelo menos não é *só* motivo de desesperança. A instabilidade radical da categoria põe em questão as restrições *fundantes* que pesam sobre a teorização política feminista, abrindo outras configurações, não só de gêneros e corpos, mas da própria política.

O raciocínio *fundacionista* da política da identidade tende a supor que primeiro é preciso haver uma identidade, para que os interesses políticos possam ser elaborados e, subseqüentemente, empreendida a ação política. Meu argumento é que não há necessidade de existir um "agente por trás do ato", mas que o "agente" é diversamente construído no e através do ato. Não se trata de um retorno a uma teoria existencialista do eu constituído por seus atos, pois a teoria existencialista afirma uma estrutura prédiscursiva do eu e de seus atos. É exatamente a construção discursiva variável de cada um deles, no e através do outro, que me interessa aqui.

A questão de situar o "agente" é geralmente associada à viabilidade do "sujeito", entendendo-se que o "sujeito" tem uma existência estável,

anterior ao campo cultural que ele articula. Ou então, se o sujeito é culturalmente construído, mesmo assim ele é dotado de ação, usualmente representada como a capacidade de mediação reflexiva, a qual se preserva intacta, independentemente de sua inserção cultural. Neste modelo, "cultura" e "discurso" *enredam* o sujeito, mas não o constituem. Assim, esse movimento de restringir e desenredar o sujeito preexistente pareceu necessário para deixar claro um ponto de ação que não é completamente *determinado* pela cultura e pelo discurso. Todavia, esse tipo de raciocínio presume falsamente (a) que só se pode estabelecer a ação mediante o recurso a um "eu" pré-discursivo, mesmo que esse "eu" se encontre no centro de uma convergência discursiva, e (b) que ser *constituído* pelo discurso significa ser *determinado* por ele, com a determinação excluindo a possibilidade de ação.

Mesmo nas teorias que postulam um sujeito altamente restrito ou situado, o sujeito continua a encontrar seu ambiente discursivamente constituído numa estrutura epistemológica de oposição. O sujeito culturalmente enredado negocia suas construções, mesmo quando estas constituem os próprios atributos de sua própria identidade. Em Beauvoir, por exemplo, há um "eu" que constrói seu gênero, que se torna seu gênero, mas esse "eu", invariavelmente associado a seu gênero, é todavia um ponto de ação nunca plenamente identificável com seu gênero. Este *cogito* nunca é completamente *do* mundo cultural que ele negocia, seja qual for a estreiteza da distância ontológica que o separa de seus atributos culturais. As teorias da identidade feminista que elaboram os atributos de cor, sexualidade, etnia, classe e saúde corporal concluem invariavelmente sua lista com um envergonhado "etc.". Por meio dessa trajetória horizontal de adjetivos, essas posições se esforçam por abranger um sujeito situado, mas invariavelmente não logram ser completas. Contudo, esse fracasso é instrutivo: que impulso político devemos derivar desse exasperado "etc.", que tão freqüentemente ocorre ao final dessas enumerações? Trata-se de um sinal de esgotamento, bem como do próprio processo ilimitável de significação. É o *supplément*, o excesso que necessariamente acompanha qualquer esforço de postular a identidade de uma vez por todas. Entretanto, esse *et coltera*

ilimitável se oferece como um novo ponto de partida para a teorização política feminista.

Se a identidade se afirma por intermédio de um processo de significação, se é desde sempre significada, e se mesmo assim continua a significar à medida que circula em vários discursos interligados a questão da ação não deve ser respondida mediante recurso a um "eu" que preexista à significação. Em outras palavras, as condições que possibilitam a afirmação do "eu" são providas pela estrutura de significação, pelas normas que regulam a invocação legítima ou ilegítima desse pronome, pelas práticas que estabelecem os termos de inteligibilidade pelos quais ele pode circular. A linguagem não é um *meio ou instrumento externo* em que despejo um eu e onde vislumbro um reflexo desse eu. O modelo hegeliano de auto-reconhecimento, que foi apropriado por Marx, Lukacs e uma variedade de discursos libertários contemporâneos, pressupõe uma adequação potencial entre o "eu" que confronta seu mundo, inclusive sua linguagem, como objeto, e o "eu" que descobre a si próprio como objeto nesse mundo. Mas a dicotomia sujeito/objeto, que pertence aqui à tradição da epistemologia ocidental, condiciona a própria problemática da identidade que ela busca resolver.

Que tradição discursiva estabelece o "eu" e seu "Outro" num confronto epistemológico que decide subseqüentemente onde e como as questões da cognoseibilidade e da ação devem ser determinadas? Que tipos de ação são impedidos pela postulação de um sujeito epistemológico, justamente porque as regras e práticas que regem a invocação desse sujeito e regulam antecipadamente sua ação são excluídas como lugar de análise e de intervenção crítica? O fato de esse ponto de partida epistemológico não ser em nenhum sentido inevitável é confirmado, ingênua e largamente, pelas operações corriqueiras da linguagem comum — amplamente documentadas pela antropologia —, que vêem a dicotomia sujeito/objeto como uma imposição filosófica estranha e contingente, se não violenta. A linguagem de apropriação, da instrumentalidade e do distanciamento que se adequa à forma epistemológica, também pertence a uma estratégia de dominação que joga o "eu" contra

um "Outro", e, uma vez efetuada a separação, cria um conjunto artificial de questões sobre a possibilidade de conhecer e resgatar esse Outro.

Como parte da herança epistemológica dos discursos políticos contemporâneos da identidade, essa oposição binária é um movimento estratégico num dado conjunto de práticas significantes, que estabelece o "eu" na e através da oposição, e que reifica essa oposição como uma necessidade, ocultando o aparato discursivo pelo qual o próprio binário é constituído. A passagem de uma explicação *epistemológica* da identidade para uma que situa a problemática nas práticas de *significação* permite uma análise que toma o próprio modo epistemológico como prática significante possível e contingente. Além disso, a questão da *ação* é reformulada como indagação acerca de como funcionam a significação e a re-significação. Em outras palavras, o que é significado como identidade não o é num ponto dado do tempo, depois do qual ela simplesmente existe como uma peça inerte da linguagem criadora de entidades. Claramente, as identidades *podem* parecer substantivos inertes; aliás, os modelos epistemológicos tendem a tomar essa aparência como seu ponto de partida teórico. Contudo, o substantivo "eu" só aparece como tal por meio de uma prática significante que busca ocultar seu próprio funcionamento e naturalizar seus efeitos. Além disso, qualificar-se como uma identidade substantiva é tarefa das mais árduas, pois tais aparências são identidades geradas por regras, que se fiam na invocação sistemática e repetida de regras que condicionam e restringem as práticas culturalmente inteligíveis da identidade. Aliás, compreender a identidade como uma *prática*, e uma prática significante, é compreender sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras, e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida lingüística. Abstratamente considerada, a linguagem se refere a um sistema aberto de sinais, por meio dos quais a inteligibilidade é insistentemente criada e contestada. Como organizações historicamente específicas da linguagem, os discursos se apresentam no plural, coexistindo em contextos temporais e instituindo convergências imprevisíveis e inadvertidas, a partir das quais são geradas modalidades específicas de possibilidades discursivas.

Como processo, a significação abriga em si o que o discurso epistemológico chama de "ação". As regras que governam a identidade inteligível, *i.e.*, que facultam e restringem a afirmação inteligível de um "eu", regras que são parcialmente estruturadas em conformidade com matrizes da hierarquia do gênero e da heterossexualidade compulsória, operam por *repetição*. De fato, quando se diz que o sujeito é constituído, isso quer dizer simplesmente que o sujeito é uma conseqüência de certos discursos regidos por regras, os quais governam a invocação inteligível da identidade. O sujeito não é *determinado* pelas regras pelas quais é gerado, porque a significação *não é um ato fundador, mas antes um processo regulado de repetição* que tanto se oculta quanto impõe suas regras, precisamente por meio da produção de efeitos substancializantes. Em certo sentido, toda significação ocorre na órbita da compulsão a repetição; a "ação", portanto, deve ser situada na possibilidade de uma variação dessa repetição. Se as regras que governam a significação não só restringem, mas permitem a afirmação de campos alternativos de inteligibilidade cultural, *i.e.*, novas possibilidades de gênero que contestem os códigos rígidos dos binarismos hierárquicos, então é somente *no interior* das práticas de significação repetitiva que se torna possível a subversão da identidade. A ordem de *ser* de um dado gênero produz fracassos necessários, uma variedade de configurações incoerentes que, em sua multiplicidade, excedem e desafiam a ordem pela qual foram geradas. Além disso, a própria ordem de *ser* de um dado gênero ocorre por caminhos discursivos: ser uma boa mãe, ser um objeto heterossexualmente desejável, ser uma trabalhadora competente, em resumo, significar uma multiplicidade de garantias em resposta a uma variedade de demandas diferentes, tudo ao mesmo tempo. A coexistência ou convergência dessas injunções discursivas produz a possibilidade de uma reconfiguração e um reposicionamento complexos; não é um sujeito transcendental que permite a ação em meio a essa convergência. Não há *eu* que seja anterior à convergência ou que mantenha uma "integridade" anterior à sua entrada nesse campo cultural conflituoso. Há apenas um pegar as ferramentas onde elas estão, sendo esse próprio "pegar" facultado pela ferramenta que ali está.

O que constitui uma repetição subversiva no interior das práticas significantes do gênero? Eu afirmei (o "eu" manifesta a gramática que rege o estilo da conclusão filosófica, mas note-se que é a própria gramática que posiciona e faculta esse "eu", mesmo quando o "eu" que insiste aqui, repete, reposiciona e — como determinarão os críticos — contesta a gramática filosófica através da qual é facultado e restringido) que na distinção sexo/gênero, o sexo figura como "o real" e o "fatual", a base material ou corporal em que o gênero pratica um ato de *inscrição* cultural. Todavia, o gênero não é escrito no corpo como se inscreve ininteligivelmente na carne dos acusados o torturante instrumento de escrita de *A colônia penal*, de Kafka. Não se trata de saber que sentido essa inscrição traz em si, mas sim que aparato cultural organiza esse encontro entre o instrumento e o corpo, que intervenções são possíveis nessa repetição ritualística. O "real" e o "sexualmente fatual" são construções fantasísticas — ilusões de substância — de que os corpos são obrigados a se aproximar, mas nunca podem realmente fazê-lo. O que, então, permite a denúncia da brecha entre o fantasístico e o real pela qual o real se admite como fantasístico? Será que isso oferece a possibilidade de uma repetição que não seja inteiramente cerceada pela injunção de reconsolidar as identidades naturalizadas? Assim como as superfícies corporais são impostas *como* o natural, elas podem tornar-se o lugar de uma *performance* dissonante e desnaturalizada, que revela o *status performativo* do próprio natural.

As práticas parodísticas podem servir para reconvocar e reconsolidar a própria distinção entre uma configuração de gênero privilegiada e outra que parece derivada, fantasística e mimética -- uma cópia mal feita, por assim dizer. E é certo que a paródia tem sido usada para promover uma política de desesperança que afirma a exclusão aparentemente inevitável dos gêneros marginais do território do natural e do real. Todavia, essa impossibilidade de tornar-se "real" e de encarnar "o natural" é, diria eu, uma falha constitutiva de todas as imposições do gênero, pela razão mesma de que esses lugares ontológicos são fundamentalmente inabitáveis. Conseqüentemente, há um riso subversivo no efeito de pastiche das práticas parodísticas em que o original, o autêntico

e o real são eles próprios constituídos como efeitos. A perda das normas do gênero teria o efeito de fazer proliferarem as configurações de gênero, desestabilizar as identidades substantivas e despojar as narrativas naturalizantes da heterossexualidade compulsória de seus protagonistas centrais: os "homens" e "mulheres". A repetição parodística do gênero denuncia também a ilusão da identidade de gênero como uma profundeza intratável e uma substância interna. Como efeito de uma *performatividade* sutil e politicamente imposta, o gênero é um "ato", por assim dizer, que está aberto a cisões, sujeito a paródias de si mesmo, a autocríticas e àquelas exibições hiperbólicas do "natural" que, em seu exagero, revelam seu *status* fundamentalmente fantasístico.

Tentei sugerir que as categorias de identidade freqüentemente presumidas como fundantes na política feminista — isto é, consideradas necessárias para mobilizar o feminismo como política da identidade — trabalham simultaneamente no sentido de limitar e restringir de antemão as próprias possibilidades culturais que o feminismo deveria abrir. As restrições tácitas que produzem o "sexo" culturalmente inteligível têm de ser compreendidas como estruturas políticas generativas, e não como fundações naturalizadas. Paradoxalmente, a reconceituação da identidade como *efeito*, isto é, como *produzida* ou *gerada*, abre possibilidades de "ação" que são insidiosamente excluídas pelas posturas que tomam as categorias da identidade como fundantes e fixas. Pois o fato de uma identidade ser um efeito significa que ela não é nem inevitavelmente determinada nem totalmente artificial e arbitrária. O fato de o *status constituído* da identidade ser mal interpretado nos termos dessas duas linhas conflitantes sugere as maneiras como o discurso feminista sobre a construção cultural continua preso na armadilha do binarismo desnecessário do livre-arbítrio e do determinismo. Construção não se opõe a ação; a construção é o cenário necessário da ação, os próprios termos em que a ação se articula e se torna culturalmente inteligível. A tarefa crucial do feminismo não é estabelecer um ponto de vista fora das identidades construídas; essa pretensão é obra de um modelo epistemológico que pretende renegar sua própria inserção da cultura, promovendo-se, conseqüentemente, como um tema global, posição esta que ins-

taura precisamente as estratégias imperialistas que o feminismo tem a obrigação de criticar. Sua tarefa crucial é, antes, a de situar as estratégias de repetição subversiva facultadas por essas construções, afirmar as possibilidades locais de intervenção pela participação precisamente nas práticas de repetição que constituem a identidade e, portanto, apresentar a possibilidade imanente de contestá-las.

Esta investigação teórica procurou situar o político nas próprias práticas significantes que criam, regulam e desregulam a identidade. Este esforço, todavia, só pode realizar-se mediante a introdução de um conjunto de perguntas que ampliam a própria noção do político. Como romper os fundamentos que encobrem as configurações culturais de gênero alternativas? Como desestabilizar e apresentar em sua dimensão fantasística as "premissas" da política da identidade?

Essa tarefa exigiu uma genealogia crítica da naturalização do sexo e dos corpos em geral. Demandou também uma reconsideração da imagem do corpo como matéria muda, anterior à cultura, à espera de significação, imagem esta que se reitera mutuamente com aquela do feminino, à espera da inscrição-como-corte do significante masculino para poder entrar na linguagem e na cultura. A partir de uma análise política da heterossexualidade compulsória, tornou-se necessário questionar a construção do sexo como binário, como um binário hierárquico. Do ponto de vista do gênero como imposto, surgiram questões sobre a fixidez da identidade de gênero como uma profundeza interior pretensamente externalizada sob várias formas de "expressão". Mostrou-se que a construção implícita da edificação heterossexual primária do desejo persiste, mesmo quando aparece sob a forma da bissexualidade primária. Mostrou-se também que as estratégias de exclusão e hierarquia persistem na formulação da distinção sexo/gênero e em seu recurso ao "sexo" como pré-discursivo, bem como na prioridade da sexualidade sobre a cultura e, em particular, na construção cultural da sexualidade como pré-discursiva. Finalmente, o modelo epistemológico que presume a prioridade do agente em relação ao ato cria um sujeito global e globalizante que renega sua própria localização e as condições de intervenções locais.

Se tomados como base da teoria ou da política feministas, esses "efeitos" da hierarquia do gênero e da heterossexualidade compulsória não só são mal descritos como fundações, mas as práticas significantes que permitem essa descrição metaléptica equivocada ficam fora do alcance da crítica feminista das relações de gênero. Entrar nas práticas repetitivas desse terreno de significação não é uma escolha, pois o "eu" que poderia entrar está dentro delas desde sempre: não há possibilidade de ação ou realidade fora das práticas discursivas que dão a esses termos a inteligibilidade que eles têm. A tarefa não consiste em repetir ou não, mas em como repetir ou, a rigor, repetir e por meio de uma proliferação radical do gênero, *afastar* as normas do gênero que facultam a própria repetição. Não há ontologia do gênero sobre a qual possamos construir uma política, pois as ontologias do gênero sempre operam no interior de contextos políticos estabelecidos como injunções normativas, determinando o que se qualifica como sexo inteligível, invocando e consolidando as restrições reprodutoras que pesam sobre a sexualidade, definindo as exigências prescritivas por meio das quais os corpos sexuados e com marcas de gênero adquirem inteligibilidade cultural. A ontologia é, assim, não uma fundação, mas uma injunção normativa que funciona insidiosamente, instalando-se no discurso político como sua base necessária.

A desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada. Esse tipo de crítica põe em questão a estrutura *fundante* em que o feminismo, como política da identidade, vem-se articulando. O paradoxo interno desse *fundacionismo* é que ele presume, fixa e restringe os próprios "sujeitos" que espera representar e libertar. A tarefa aqui não é celebrar toda e qualquer nova possibilidade *qua* possibilidade, mas redescrever as possibilidades que *já* existem, mas que existem dentro de domínios culturais apontados como culturalmente ininteligíveis e impossíveis. Se as identidades deixassem de ser fixas como premissas de um silogismo político, e se a política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas dos supostos interesses de um conjunto de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria certamente das ruínas da antiga. As configurações cul-

turais do sexo e do gênero poderiam então proliferar ou, melhor dizendo, sua proliferação atual poderia então tornar-se articulável nos discursos que criam a vida cultural inteligível, confundindo o próprio binarismo do sexo e denunciando sua não inaturalidade fundamental. Que outras estratégias locais para combater o "não inatural" podem levar à desnaturalização do gênero como tal?

Notas

1. SUJEITOS DO SEXO/GÊNERO/DESEJO

[1] Ver Michel Foucault, "Right of Death and Power over Life", in *The History of Sexuality, Volume I, An Introduction*, trad. Robert Hurley / Nova York: Vintage, 1990, publicado originalmente como *Histoire de la sexualité 1: La volonté de savoir* (Paris: Galimard, 1978). Nesse capítulo final, Foucault discute a relação entre a lei jurídica e a produtiva. Sua noção da produtividade da lei deriva claramente de Nietzsche, embora não seja idêntica à vontade de poder deste autor. Usar a noção de capacidade produtiva de Foucault não significa "aplicá-la" de maneira simplificadora às questões do gênero. Como demonstro no capítulo 3, parte ii, "Foucault, Herculine e a política da descontinuidade sexual", a consideração da diferença sexual nos termos do próprio trabalho de Foucault revela contradições centrais em sua teoria. Sua visão do corpo também é criticada no último capítulo.

[2] As referências, ao longo deste trabalho, ao sujeito diante da lei são extrapolações da leitura que faz Derrida da parábola de Kafka "Before the Law", in *Kafka and the Contemporary Critical Performance: Centenary Readings*, org. Alan Udoff (Bloomington: Indiana University Press, 1987).

[3] Ver Denise Riley, *Am I That Name?: Feminism and the Category of 'Women' in History* (Nova York: Macmillan, 1988).

[4] Ver Sandra Harding, "The Instability of the Analytical Categories of Feminist Theory", in *Sex and Scientific Inquiry*, orgs. Sandra Harding e Jean F. O'Barr (Chicago: University of Chicago Press, 1987), pp. 283-302.

[5] Isso me faz lembrar a ambigüidade intrínseca do título de Nancy Cott, *The Grounding of Modern Feminism* (New Haven: Yale University Press, 1987). Ela argumenta que o feminismo americano do começo do século XX buscou "basear-se" num programa que acabou "aprisionando" o movimento. Sua tese histórica levanta implicitamente a questão de saber se as bases aceitas acriticamente funcionam como o "retorno do recalcado"; fundamentadas em práticas excludentes, as identidades políticas estáveis que fundam os movimentos políticos são invariavelmente ameaçadas pela própria instabilidade criada pelo gesto *fundante*.

[6] Uso o termo *matriz heterossexual* ao longo de todo o texto para designar a grade de

inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados. Busquei minha referência na noção de Monique Wittig de "contrato heterossexual" e, em menor medida, naquela de Adrienne Rich de "heterossexualidade compulsória" para caracterizar o modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade.

[7] Para uma discussão sobre a distinção sexo/gênero na antropologia estruturalista e nas apropriações e críticas feministas dessa formulação, ver o capítulo 2, parte i, "A permuta crítica do estruturalismo".

[8] Para um interessante estudo do *berdache* e dos arranjos de gêneros múltiplos nas culturas nativas americanas, ver Walter L. Williams, *The Spirit and the Flesh: Sexual Diversity in American Indian Culture* (Boston: Beacon Press, 1988). Ver também Sherry B. Ortner e Harriet Whitehead, orgs., *Sexual Meanings: The Cultural Construction of Sexuality*, (Nova York: Cambridge University Press, 1981). Para uma análise estimulante e politicamente sensível do *berdache*, dos transexuais e da contingência das dicotomias de gênero, ver Suzanne J. Kessler e Wendy McKenna, *Gender: Na Ethnonomethodological Approach* (Chicago: University of Chicago Press, 1978).

[9] Grande parte da pesquisa feminista foi conduzida nos campos da biologia e da história da ciência, que avaliam os interesses políticos inerentes aos vários processos discriminatórios que estabelecem a base científica do sexo. Ver Ruth Hubbard e Marian Lowe, orgs. *Genes and Gender*, vols. 1 e 2 (Nova York: Gordian Press, 1978, 1979); as duas edições sobre feminismo e ciência de *Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy*, Vol. 2, nº 3, outono de 1987, e Vol. 3, nº 1, primavera de 1988, e especialmente The Biology and Gender Study Group, "The Importance of Feminist Critique for Contemporary Cell Biology", nesta última edição (primavera de 1988); Sandra Harding, *The Science Question in Feminism* (Ithaca: Cornell University Press, 1986); Evelyn Fox-Keller, *Reflections on Gender and Science* (New Haven: Yale University Press, 1984); Donna Haraway, "In the Beginning was the Word: The Genesis of Biological Theory", *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Vol. 6, nº 3, 1981; Donna Haraway, *Primate Visions* (Nova York: Routledge, 1989); Sandra Harding e Jean F. O'Barr, *Sex and Scientific Inquiry* (Chicago: University of Chicago Press, 1987); Anne Fausto-Sterling, *Myths of Gender: Biological Theories About Women and Men* (Nova York: Norton, 1979).

[10] É claro que a *História da sexualidade*, de Foucault, apresenta uma maneira da repensar a história do "sexo" num dado contexto eurocêntrico moderno. Para considerações mais detalhadas, ver Thomas Lacquer e Catherine Gallagher, orgs. *The Making of the Modern Body: Sexuality and Society in the 19th Century* (Berkeley, University of California Press, 1987), publicado originalmente como uma edição de *Representations*, nº 14, primavera de 1986.

[11] Ver meu "Variations on Sex and Gender: Beauvoir, Wittig, Foucault", in *Feminism*

as Critique, orgs. Seyla Benhabib e Drucilla Cornell (Basil Blackwell, dist. por University of Minnesota Press, 1987).

[12] Simone de Beauvoir, *The Second Sex*, trad. E. M. Parshley (Nova York: Vintage, 1973), p. 301.

[13] *Ibid.*, p. 38.

[14] Ver meu "Sex and Gender in Beauvoir's *Second Sex*", *Yale French Studies, Simone de Beauvoir: Witness to a Century*, nº 72, inverno de 1986.

[15] Observe-se até que ponto teorias fenomenológicas como as de Sartre, Merleau-Ponty e Beauvoir tendem a usar o termo *encarnação*. Retirado como é de contextos teológicos, o termo tende a representar o "corpo" como uma forma de encarnação e, conseqüentemente, a preservar a correlação externa e dualística entre uma imaterialidade significante e a materialidade do próprio corpo.

[16] Ver Lucy Irigaray, *The Sex Which Is Not One*, trad. Catherine Porter com Carolyn Burke (Ithaca: Cornell University Press, 1985), originalmente publicado como *Ce sexe qui n'en est pas un* (Paris: Éditions de Minuit, 1977).

[17] Ver Joan Scott, "Gender as a Useful Category of Historical Analysis", in *Gender and the Politics of History* (Nova York: Columbia University Press, 1988), pp. 28-52, reproduzido da *American Historical Review*, Vol. 91, nº 5, 1986.

[18] Beauvoir, *The Second Sex*, p. xxvi.

[19] Ver meu "Sex and Gender in Beauvoir's *Second Sex*".

[20] O ideal normativo do corpo como "situação" e como "instrumentalidade" é abraçado tanto por Beauvoir, em relação ao gênero, quanto por Franz Fanon, com respeito à raça. Fanon conclui sua análise da colonização recorrendo ao corpo como um instrumento de liberdade, em que a liberdade é, à maneira cartesiana, igualdade à capacidade consciente de duvidar: "Ó meu corpo, sempre faça de mim um homem que questiona!" (Franz Fanon, *Black Skin, White Masks* [Nova York: Grove Press, 1967], p. 323, publicado originalmente como *Peau noire, masques blancs* [Paris, Éditions du Seuil, 1952]).

[21] Em Sartre, a disjunção ontológica radical entre consciência e corpo é parte da herança cartesiana de sua filosofia. Significativamente, é essa distinção de Descartes que Hegel questiona implicitamente no começo da parte "O Senhor e o Escravo" da *Fenomenologia do espírito*. A análise de Beauvoir do Sujeito masculino e do Outro feminino se situa claramente na dialética de Hegel e na reformulação sartriana dessa dialética, na parte sobre sadismo e masoquismo de *O ser e o nada*. Crítico em relação à própria possibilidade de uma "síntese" entre a consciência e o corpo, Sartre retorna efetivamente à problemática cartesiana que Hegel buscou superar. Beauvoir insiste em que o corpo pode ser o instrumento e a situação de liberdade, e em que o sexo pode ser a oportunidade de um gênero que não é uma reificação, mas uma modalidade de liberdade. À primeira vista, parece que estamos em presença de uma síntese entre corpo e consciência, em que a consciência é compreendida como condição da liberdade. Resta, contudo, saber se essa síntese exige e mantém a distinção ontológica entre corpo e mente de que é composta e, por associação, a hierarquia da mente sobre o corpo e do masculino sobre o feminino.

[22] Ver Elizabeth V. Spelman, "Woman as Body: Ancient and Contemporary Views", *Feminist Studies*, Vol. 8, nº 1, primavera de 1982.

[23] Gayatri Spivak elabora detalhadamente esse tipo particular de explicação binária como ato colonizador de marginalização. Numa crítica da "autopresença do eu supra-histórico cognoscente", que é característica do imperialismo epistemológico do *cogito* filosófico, ela situa a política na produção de conhecimento que cria e censura as margens que constituem, por exclusão a inteligibilidade contingente do regime de conhecimento dado do sujeito: "Chamo de 'política como tal' a proibição da marginalidade que está implícita na produção de toda e qualquer explicação. Deste ponto de vista, a escolha de oposições binárias particulares... não é uma mera estratégia intelectual. É, em cada caso, a condição da possibilidade de centralização (com as desculpas apropriadas) e da marginalização correspondente" (Gayatri Chakravorty Spivak, "Explanation and Culture: Marginalia", in *In Other Worlds: Essays in Cultural Politics* [Nova York: Routledge, 1987], p. 113).

[24] Ver a tese contra as "opressões classificatórias" em Cherríe Moraga, "La Güera", in *This Bridge Called My Back: Writings of Radical Women of Color*, orgs. Gloria Anzaldua e Cherríe Moraga (Nova York: Kitchen Table, Women of Color Press, 1982).

[25] Para uma elaboração mais completa da irrepresentabilidade das mulheres no discurso falocêntrico, ver Luce Irigaray, "Any Theory of the 'Subject' Has Always Been Appropriated by the Masculine", in *Speculum of the Other Woman*, trad. Gillian C. Gill (Ithaca: Cornell University Press, 1985). Irigaray parece rever essa tese em sua discussão sobre "o gênero feminino" em *Sexes et Parentés*.

[26] Monique Wittig, "One is Not Born a Woman", *Feminist Issues*, Vol 1, nº 2, inverno de 1981, p. 53.

[27] A noção de "Simbólico" é discutida com certa minúcia no capítulo 2 deste livro. Deve ser entendida como um conjunto ideal e universal de leis culturais que governam o parentesco e a significação e, nos termos dos estruturalismo psicanalítico, a produção da diferença sexual. Baseado na noção de uma "lei paterna" idealizada, o Simbólico é reformulado por Irigaray, que o apresenta como discurso dominante e hegemônico do falocentrismo. Algumas feministas francesas propõem uma linguagem alternativa àquela governada pelo Falo ou pela lei paterna, e empreendem assim uma crítica contra o Simbólico. Kristeva propõe o "semiótico" como uma dimensão especificamente materna da linguagem, e tanto Irigaray como Hélène Cioux têm sido associadas à *écriture feminine*. Wittig, entretanto, sempre resistiu a esse movimento, afirmando que, em sua estrutura, a linguagem não é nem misógina nem feminista, mas um *instrumento* a ser empregado em propostas políticas desenvolvidas. É claro, sua crença em um "sujeito cognitivo" que existe antes da linguagem facilita sua compreensão da linguagem como instrumento, ao invés de um campo de significações que preexiste e estrutura a própria formação do sujeito.

[28] Monique Wittig, "The Point of View: Universal or Particular?", *Feminist Issues*, Vol. 3, nº 2, outono de 1983, p. 64.

[29] "As pessoas têm de assumir *tanto* um ponto de vista particular *quanto* universal, ao menos para ser parte da literatura", Monique Wittig, "The Trojan Horse", *Feminist Isues*, Vol. 4, nº 2, outono de 1984, p. 69.

[30] O jornal *Questions Feministes*, disponível em tradução em inglês como *Feminist Isues*, defendeu geralmente um ponto de vista "materialista", que considera as práticas, a instituição e o *status* construídos da linguagem como "bases materiais" da opressão da mulher. Wittig fazia parte do corpo editorial original. Juntamente com Monique Plaza, Wittig argumentava que a diferença sexual era essencialista, por derivar o significado da função social das mulheres de sua facticidade fisiológica, mas também por subscrever a noção de uma significação primária dos corpos das mulheres como maternos, dando, conseqüentemente, força ideológica à hegemonia da sexualidade reprodutora.

[31] Michel Haar, "Nietzsche and Metaphysical Language", *The New Nietzsche: Contemporary Styles of Interpretation*, org. David Allison (Nova York: Delta, 1977), pp. 17-18.

[32] Monique Wittig, "The Mark of Gender", *Feminist Isues*, Vol. 5, nº 2, outono de 1985, p. 4.

[33] *Ibid.*, p. 3.

[34] A música de Aretha, escrita originalmente por Carole King, também contesta a naturalização do gênero. "Like a Natural Woman" é uma frase que sugere que a "naturalidade" só é obtida por meio de analogia ou metáfora. Em outras palavras, "você faz eu me sentir como uma metáfora do natural"; sem o "você", alguma base desnaturalizada seria revelada. Para uma discussão adicional sobre a afirmação de Aretha à luz do argumento de Beauvoir de que "a gente não nasce mulher, torna-se mulher", ver meu "Beauvoir's Philosophical Contribution", in *Women, Knowledge, and Reality*, orgs. Ann Garry e Marjorie Pearsall (Rowman and Allenheld, a ser publicado).

[35] Michel Foucault, org. *Herculine Babin, Being the Recently Discovered Memories of a Nineteenth-Century Hermaphrodite*, trad. Richard Mc-Dougall (Nova York: Colophon, 1980), publicado originalmente como *Herculine Babin, dite Alexina B. presenté par Michel Foucault* (Paris: Gallimard, 1978). A versão francesa não conta com a introdução apresentada por Foucault na tradução em inglês.

[36] Ver capítulo 2, parte ii.

[37] Foucault, org. *Herculine Babin*, p. x.

[38] Robert Stoller, *Presentations of Gender* (New Haven: Yale University Press, 1985), pp. 11-14.

[39] Friedrich Nietzsche, *On the Genealogy of Morals*, trad. Walter Kaufmann (Nova York: Vintage, 1969), p. 45.

[40] Wittig, "One is Not Born a Woman", p. 48. Wittig credita tanto a noção de "marca" do gênero como a de "formação imaginária" de grupos naturais a Colette Guillaumin, cujo trabalho sobre a marca da raça provê uma analogia para a análise de Wittig sobre o gênero em "Race et Nature: Système des marques, idée de group naturel et rapports sociaux", *Pluriel*, Vol. 11, 1977. O "Mito da Mulher" é um capítulo de *O segundo sexo*, de Beauvoir.

[41] Monique Wittig, "Paradigm", in *Homossexualities and French Literature: Cultural*

Contexts/ Critical Texts, orgs. Elaine Marks e George Stambolian (Ithaca: Cornell University Press, 1979), p. 114.

[42] Claramente, Wittig não compreende a sintaxe como a elaboração ou reprodução lingüística de um sistema de parentesco paternalmente organizado. Sua recusa do estruturalismo neste nível lhe permite compreender a linguagem como neutra em termos de gênero. Em *Parler n'est jamais neutre* (Paris: Éditions de Minuit, 1985), Irigaray critica precisamente o tipo de posição humanista, aqui característico de Wittig, que afirma a neutralidade política e de gênero da linguagem.

[43] Monique Wittig, "The Point of View: Universal or Particular?", p. 63.

[44] Monique Wittig, "The Straight Mind", *Feminist Issues*, Vol. 1, nº 1, verão de 1980, p. 108.

[45] Monique Wittig, *The Lesbian Body*, trad. Peter Owen (Nova York: Avon, 1976), originalmente publicado como *Le corps lesbien* (Paris: Éditions de Minuit, (1973).

[46] Sou grata a Wendy Owen por esta frase.

[47] É claro, o próprio Freud fazia uma distinção entre "o sexual" e "o genital", fornecendo a própria distinção que Wittig usa contra ele. Veja, por exemplo, "The Development of the Sexual Function", in Freud, *Outline of a Theory of Psychoanalusis*, trad. James Strachey (Nova York: Norton, 1979).

[48] Uma análise mais abrangente da posição lacaniana é apresentada em várias partes do capítulo 2 deste livro.

[49] Jacqueline Rose, *Sexuality in the Field of Vision* (Londres: Verso, 1987).

[50] Jane Gallop, *Reading Lacan* (Ithaca: Cornell University Press, 1985); *The Daughter's Seduction: Feminism and Psychoanalysis* (Ithaca: Cornell University Press, 1982).

[51] "O que distingue a psicanálise das explicações sociológicas do gênero (e conseqüentemente, para mim, o impasse fundamental no trabalho de Nancy Chodorow) é que enquanto a última supõe que a internalização das normas grosso modo funciona, a premissa básica e a rigor o ponto de partida da psicanálise é que não o faz. O inconsciente revela constantemente o 'fracasso' da identidade" (Jacqueline Rose, *Sexuality in the Field of Vision*, p. 90).

[52] Não é talvez de admirar que a noção estruturalista singular de "a Lei" ecoe claramente a lei interditora do Velho Testamento. A "lei paterna" cai portanto sob a crítica pós-estruturalista, através do compreensível caminho da reapropriação francesa de Nietzsche. Nietzsche acusa a "moral do escravo" judaico-cristã de conceber a lei tanto em termos singulares e de proibição. A vontade de poder, por outro lado, designa as possibilidades produtivas e múltiplas da lei, efetivamente denunciando a concepção da "Lei" em sua singularidade como noção fictícia e repressora.

[53] Ver Gayle Rubin, "Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality", in *Pleasure and Danger*, org. Carole S. Vance (Boston: Routledge and Kegan Paul, 1984), pp. 267-319. Também em *Pleasure and Danger*, ver Carole Vance, "Pleasure and Danger: Towards a Politics of Sexuality", pp. 1-28; Alice Echols, "The Taming of the Id: Feminist Sexual Politics, 1968-83", pp. 50-72; Amber Hollibaugh, "Desire for the Future: Radical Hope in Pleasure and Passion", pp. 401-410. Ver Amber Hollibaugh e Cherríe Moraga, "What We're Rollin Around in Bed with: Sexual Silences in Feminism", e Alice Echols, "The New Feminism of Yin and Yang", in *Powers of Desire: The Politics of Sexuality*, orgs. Ann Snitow, Christine Stansell e Sharon Thompson (Londres: Virago, 1984); *Heresies*, nº 12, 1981, a "questão sexual"; Samois, org., *Coming to Power* (Berkeley: Samois, 1981); Dierdre English, Amber Hollibaugh e Gayle Rubin, "Talking Sex: A Conversation on Sexuality and Feminism", *Socialist Review*, nº 58, julho-agosto, 1981; Barbara T. Kerr e Mirtha N. Quintanales, "The Complexity of Desire: Conversations on Sexuality and Difference", *Conditions*, # 8; Vol. 3, nº 2, 1982, pp. 52-71.

[54] A afirmação mais polêmica de Irigaray talvez tenha sido a de que a estrutura da vulva, com "dois lábios a se tocarem", constitui o prazer não unitário e auto-erótico da mulher antes da "separação" dessa duplicidade pelo ato destituidor de prazer da penetração do pênis. Ver Irigaray, *Ce sexe qui n'en est pas un*. Juntamente com Monique Plaza e Christine Delphy, Wittig argumentou que a valorização dessa especificidade anatômica por Irigaray é em si mesma uma duplicação acrítica do discurso reprodutor, que marca e entalha o corpo feminino em "partes" artificiais, como "vagina", "clitóris" e "vulva". Numa conferência no Vassar College, perguntaram a Wittig se ela tinha vagina, e ela respondeu que não.

[55] Ver um convincente argumento precisamente dessa interpretação, por Diana J. Fuss, *Essentially Speaking* (Nova York: Routledge, 1989).

[56] Se devêssemos aplicar a distinção de Fredric Jameson entre paródia e pastiche, as identidades *gays* seriam mais bem compreendidas como pastiches. Jameson argumenta que, enquanto a paródia tem alguma simpatia com o original de que é cópia, o pastiche questiona a possibilidade de um "original", ou, no caso do gênero, revela o "original" como esforço malogrado de "copiar" um ideal fantasístico que não pode ser copiado sem fracasso. Ver Fredric Jameson, "Postmodernism and Consumer Society", in *The Anti-Aesthetic: Essays on Postmodern Culture*, org. Hal Foster (Port Townsend, WA: Bay Press, 1983).

2. PROIBIÇÃO, PSICANÁLISE E A PRODUÇÃO DA MATRIZ HETEROSSEXUAL

[1] No semestre em que escrevo este capítulo, estou lecionando sobre *Na colônia penal*, de Kafka, que descreve um instrumento de tortura que fornece uma interessante analogia para o campo contemporâneo do poder, e particularmente do poder masculinista. A narrativa hesita repetidamente em sua tentativa de contar a história que santificaria esse instrumento como parte vital de uma tradição. As origens não podem ser recuperadas, e o mapa que poderia levar a elas tornou-se ilegível com o passar do tempo. Aqueles a quem isso poderia ser explicado não falam a mesma língua e não têm como recorrer a traduções.

Na verdade, não é possível imaginar plenamente a máquina em si; suas partes não se encaixam num todo concebível, de modo que o leitor é forçado a imaginar seu estado de fragmentação sem recurso a uma noção ideal de sua integridade. Isso parece ser uma representação literal da noção de Foucault de que o "poder" se tornou tão difuso que já não existe mais como totalidade sistemática. Derrida questiona a autoridade problemática de tal lei no contexto de "Before the Law" (Derrida, "Before the Law", in *Kafka and the Contemporary Critical Performance: Centenary Readings*, org. Alan Udoff [Bloomington: Indiana University Press, 1987]). Ele subestima o aspecto injustificável radical dessa repressão por meio de uma recapitulação narrativa de um tempo anterior à lei. Significativamente, também é impossível articular uma crítica dessa lei através de um recurso a um tempo anterior à lei.

[2] Ver Carol MacCormack e Marilyn Strathern, orgs. *Nature, Culture and Gender* (Nova York: Cambridge University Press, 1980).

[3] Para uma discussão mais completa desse tipo de questões, ver o capítulo de Donna Haraway, "Gender for a Marxist Dictionary: The Sexual Politics of a Word", in *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature* (Londres: Free Association Books, a ser publicado).

[4] Gayle Rubin considera extensamente esse processo em "The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex", in *Toward na Anthropology of Women*, org. Rayna R. Reiter (Nova York: Monthly Review Press, 1975). Seu ensaio será, posteriormente, um ponto central deste capítulo. Ela usa a noção de noiva-como-dote, do ensaio de Mauss, *Essay on the Gift*, para mostrar como as mulheres como objeto de troca efetivamente consolidam – definem o vínculo social entre os homens.

[5] Ver Claude Lévi-Strauss, "The Principles of Kinship", in *The Elementary Structures of Kinship* (Boston: Beacon Press, 1969), p. 496.

[6] Ver Jacques Derrida, "Structure, Sign, and Play", in *The Structuralist Controversy*, orgs. Richard Macksey e Eugene Donato (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1964); "Linguistics and Grammatology", in *Of Grammatology*, trad. Gayatri Chakravorty Spivak (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1974); "Différance", in *Margins of Philosophy*, trad. Alan Bass (Chicago: University of Chicago Press, 1982).

[7] Ver Lévi-Strauss, *The Elementary Structures of Kinship*, p. 480; "A troca — e, conseqüentemente, a regra de exogamia que a expressa — tem em si um valor social. Propicia os meios de manter os homens vinculados."

[8] Luce Irigaray, *Speculum of the Other Woman*, trad. Gillian C. Gill (Ithaca: Cornell University Press, 1985), pp. 101-103.

[9] Pode-se considerar a análise literária da obra de Eve Sedgvick, *Between Men: English Literature and Homosocial Desire* (Nova York: Columbia University Press, 1985), à luz da descrição de Lévi-Strauss das estruturas de reciprocidade no interior do parentesco. Sedgwick argumenta efetivamente que as lisonjeiras atenções dispensadas às mulheres na poesia romântica são um desvio e uma elaboração do desejo homossocial masculino. As mulheres

são "objetos [poéticos] de troca", no sentido de que mediam a relação de desejo não reconhecida entre os homens como objeto explícito e aparente do discurso.

[10] Luce Irigaray, *Sexes et parentés* (Paris: Éditions de Minuit, 1987).

[11] Lévi-Strauss perde claramente a oportunidade de analisar o incesto *tanto* como fantasia *quanto* como prática social, já que as duas de modo algum são mutuamente excludentes.

[12] Lévi-Strauss, *The Elementary Structures of Kinship*, p. 491.

[13] Ser o Falo é "encarnar" o Falo como o lugar em que ele penetra, mas também é expressar a promessa de um retorno ao gozo pré-individuada o que caracteriza a relação indiferenciada com a mãe.

[14] Dedico um capítulo à apropriação lacaniana da dialética do senhor e do escravo em Hegel, chamado "Lacan: The Opacity of Desire", em meu *Subjects of Desire: Hegelian Reflections in Twentieth Century France* (Nova York: Columbia University Press, 1987).

[15] Freud entendia que a conquista da feminilidade exigia uma dupla onda de recalcamento: "A menina" tem não só que transferir sua ligação libidinal da mãe para o pai, como também deslocar o desejo pelo pai para outro objeto mais aceitável. Para um relato que dá um cunho quase mítico à teoria de Lacan, ver Sarah Kofman, *The Enigma of Woman: Woman in Freud's Writings*, trad. Catherine Porter (Ithaca: Cornell University Press, 1985), pp. 143-148, publicado originalmente como *L'enigme de la femme: La femme dans les textes de Freud* (Paris, Éditions Galilée, 1980).

[16] Jacques Lacan. "The Meaning of the Phallus", in *Feminine Sexuality: Jacques Lacan and the École Freudienne*, orgs. Juliet Michel e Jacqueline Rose, trad. Jacqueline Rose (Nova York: Norton, 1985), pp. 83-85. ["A significação do falo", *Escritos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., versão bras. Vera Ribeiro, 1998, p. 701]. Doravante as referências de página a esse trabalho irão aparecer no próprio texto [conforme a edição brasileira].

[17] Luce Irigaray, *Ce sexe qui n'en est pas un* (Paris: Éditions de Minuit, 1977), p. 131.

[18] A literatura feminista sobre a mascarada é de amplo espectro, a tentativa se restringe aqui a uma análise da mascarada em relação à problemática da expressão e à *performatividade*. Em outras palavras, a questão aqui é saber se a mascarada oculta uma feminilidade que poderia ser entendida como genuína ou autêntica, ou se a mascarada é o meio pelo qual a feminilidade e as controvérsias sobre sua "autenticidade" são produzidas. Para uma discussão mais completa da apropriação feminista da mascarada, ver Mary Ann Doane, *The Desire to Desire: The Woman's Film of the 1940's* (Bloomington: Indiana University Press, 1987); "Film and Masquerade: Theorizing the Female Spectator", *Screen*, Vol. 23, nºs 3-4, setembro-outubro de 1982, pp. 74-87; "Woman's Stake: Filming the Female Body", *October*, Vol. 17, verão de 1981. Gayatri Spivak apresenta uma leitura estimulante da mulher-como-mascarada, inspirada em Nietzsche e Derrida, in "Displacement and the Discourse of Woman", in *Displacement: Derrida and After*, org. Mark Krupnick (Bloomington: Indiana University Press, 1983). Ver também "Female Grotesques: Carnival and Theory", de Mary Russo (Working Paper, Center for Twentieth-Century Studies, University of Wisconsin-Milwaukee, 1985).

[19] Na parte seguinte deste capítulo, "Freud e a melancolia do gênero", tento esquematizar o significado central da melancolia como conseqüência de uma tristeza renegada ao aplicar-se ao tabu do incesto, que funda as posições sexuais e o gênero por meio da instituição de certas formas de perdas renegadas.

[20] Significativamente, a discussão de Lacan sobre a lésbica é contígua, no texto, a sua discussão da frigidez, como que a sugerir metonimicamente que o lesbianismo constitui a negação da sexualidade. Uma leitura adicional da operação da "negação" nesse texto é mais do que recomendada.

[21] Joan Riviere, "Womanliness as a Masquerade", in *Formations of Fantasy*, orgs. Victor Burgin, James Donald, Cora Kaplan (Londres: Methuen, 1986), pp. 35-44. O artigo foi primeiramente publicado em *The International Journal of Psychoanalysis*, Vol. 10, 1929. Doravante, as referências de página a esse trabalho aparecerão no próprio texto. Ver também o excelente ensaio de Stephen Heath, "Joan Riviere and the Masquerade".

[22] Para uma refutação contemporânea dessas inferências tão óbvias, ver Esther Newton e Shirley Walton, "The Misunderstanding: Toward a More Precise Sexual Vocabulary", in *Pleasure and Danger*, org. Carole Vance (Boston: Routledge, 1984), pp. 242-250. Newton e Walton estabelecem distinções entre identidades eróticas, papéis eróticos e atos eróticos, e mostram como podem existir radicais descontinuidades entre estilos de desejo e estilos de gênero, de modo que as preferências eróticas não podem ser diretamente inferidas a partir da apresentação de uma identidade erótica em contextos sociais. Embora eu considere sua análise útil (e corajosa), fico imaginando se essas categorias não são elas próprias específicas dos contextos discursivos, e se não é verdade que esse tipo de fragmentação da sexualidade em "partes" integrantes só faz sentido como contra-estratégia, para refutar a unificação reducionista desses termos.

[23] A noção de "orientação" sexual foi habilmente colocada em questão por Bell Hooks in *Feminist Theory: From Margin to Center* (Boston: South End Press, 1984). Ela afirma que isso é uma reificação que sinaliza falsamente uma abertura para todos os membros do sexo que é designado como objeto do desejo. Embora ela conteste o uso do termo porque ele põe em questão a autonomia da pessoa descrita, eu enfatizaria que as próprias "orientações" raramente são fixas, se é que jamais o são. Obviamente elas podem mudar ao longo do tempo, e estão abertas a reformulações culturais que não são de modo algum unívocas.

[24] Heath, "Joan Riviere and the Masquerade", pp. 45-61.

[25] Stephen Heath destaca que a situação que Riviere enfrentou como mulher intelectual a competir por reconhecimento pelo *establishment* psicanalítico sugere paralelos marcantes, se não uma identificação pura e simples, com o analisando que ela descreve em seu artigo.

[26] Jacqueline Rose, in *Feminine Sexuality*, orgs. Mitchell e Rose, p. 85.

[27] Jacqueline Rose, "Introduction-II", in *Feminine Sexuality*, orgs. Mitchell e Rose, p. 44.

[28] *Ibid., p. 55.*

[29] Rose critica o trabalho de Moustapha Safouan, em particular por não conseguir entender a incomensurabilidade entre o simbólico e o real. Ver sua *La sexualité féminine dans la doctrine freudienne* (Paris: Éditions du Sueil, 1976). Estou em dívida com Elizabeth Weed, por ter discutido comigo o ímpeto antidesenvolvimentista em Lacan.

[30] Ver Friedrich Nietzsche, "First Essay", in *The Genealogy of Morals*, Walter Kaufmann, trad. (Nova York: Vintage, 1969), para sua análise da moral do escravo. Aqui como em todos os seus escritos, Nietzsche argumenta que Deus é criado pela vontade de poder, como um ato autodepreciativo, e que a recuperação da vontade de poder a partir deste construto de auto-sujeição é possível por meio de uma reafirmação dos próprios poderes criativos que produziram a idéia de Deus e, paradoxalmente, da impotência humana. *Vigiar e punir*, de Foucault, baseia-se claramente em *A genealogia da moral*, mais claramente no "Segundo ensaio", assim como em *Daybreak*, também de Nietzsche. Sua distinção entre poder produtivo e jurídico também está claramente enraizada na análise de Nietzsche da auto-sujeição da vontade. Nos termos de Foucault, a construção da lei jurídica é efeito do poder produtivo, mas um efeito em que o poder produtivo institui sua própria ocultação e subordinação. A crítica de Lacan por Foucault (ver *History of Sexuality, Volume I, An Introduction*, trad. Robert Hurley [Nova York: Vintage, 1980], p. 81) e a hipótese repressiva geralmente estão centradas no *status* sobre determinado da lei jurídica.

[31] Irigaray, *Speculum of the Other Woman*, pp. 66-73.

[32] Ver Julia Kristeva, *Desire in Language: A Semiotic Approach to Literature and Art*, org. Leon Roudiez (Nova York: Columbia University Press, 1980); *Soleil Noir: Dépression et mélancolie* (Paris: Gallimard, 1987). A leitura de Kristeva da melancolia neste último texto baseia-se em parte nos escritos de Melanie Klein. A melancolia é o impulso matricida voltado contra o sujeito feminino e, assim, está ligada ao problema do masoquismo. Kristeva parece aceitar a noção de agressão primária nesse texto, e diferenciar os sexos segundo seu objeto primário de agressão e a maneira como eles se recusam a cometer os assassinatos que desejam mais profundamente cometer. A posição masculina é assim compreendida como um sadismo voltado para fora, ao passo que a feminina é um masoquismo voltado para dentro. Para Kristeva, a melancolia é uma "tristeza voluptuosa" que parece ligada à produção sublimada da arte. A forma mais elevada dessa sublimação parece centrar-se no sofrimento que é sua origem. Como resultado, Kristeva conclui seu livro, abrupta e um pouco polemicamente, enaltecendo as grandes obras do modernismo que articulam a estrutura trágica da ação humana, e condenando o esforço pós-moderno para afirmar, ao invés de sofrer, as fragmentações contemporâneas da psique. Para uma discussão do papel da melancolia em "Motherhood According to Bellini", ver o capítulo 3, parte i, deste livro, "A corpo-política de Julia Kristeva".

[33] Ver Freud, "The Ego and the Super-Ego (Ego-Ideal)", *The Ego and the Id*, trad. Joan Riviere, org. James Strachey (Nova York: Norton, 1960), publicado originalmente em 1923), para a discussão freudiana do luto e da melancolia e sua relação com o ego e a formação do caráter, assim como para sua discussão das resoluções alternativas para o conflito edipiano. Sou grata a Paul Schwaber por ter-me sugerido esse capítulo. As citações de "Mourning and Melancholia" se referem a Sigmund Freud, *General Psychological Theory*, org. Philip Rieff (Nova York: MacMillan, 1976), e aparecerão a seguir neste capítulo.

[34] Para uma discussão interessante sobre a "identificação", ver Richard Wollheim, "Identification and Imagination: The Inner Structure of a Psychic Machanism", in *Freud: A Collection od Critical Essays*, org. Richard Wollheim (Garden City: Anchor Press, 1974), pp. 172-195.

[35] Nicolas Abraham e Maria Torok opõem-se a essa fusão do luto com a melancolia. Ver nota 39, adiante.

[36] Para uma teoria psicanalítica que defende uma distinção entre o superego como mecanismo punitivo e o ideal de ego (como idealização que serve a um desejo narcísico), distinção que Freud claramente não faz em *The Ego and the Id*, podemos consultar Janine Chasseguet-Smirgell, *The Ego-Ideal, A Psychological Essay on the Malady of the Ideal*, trad. Paul Barrows, com introdução de Christopher Lasch (Nova York: Norton, 1985), originalmente publicado como *L'ideal du moi*. Seu texto apresenta um modelo ingênuo do desenvolvimento da sexualidade, o qual degrada a homossexualidade e trava regularmente uma polêmica contra o feminismo e contra Lacan.

[37] Ver Foucault, *The History of Sexuality, Volume I*, p. 81.

[38] Roy Schafer, *A New Language for Psycho-Analysis* (New Haven: Yale Universit Press, 1976), p. 162. As distinções anteriores de Schafer entre as várias espécies de inte nalização — introjeção, incorporação, identificação — também oferecem interesse, in Roy Schafer, *Aspects of Internalization* (Nova York: International University Press, 1968). Para uma história psicanalítica dos termos *internalização* e *identificação*, ver W. W. Meissner, *Internalization in Psychoanalysis* (Nova York: International University Press, 1968).

[39] Essa discussão de Abraham e Torok baseia-se em "Deuil *ou* mélancolie, introjecter-incorporer, réalité métapsychologique et fantasme", in *L'Écorce et le noyau* (Paris: Flammarion, 1987). Parte dessa discussão pode ser encontrada em inglês em Nicolas Abraham e Maria Torok, "Introjection-Incorporation: Mourning *or* Melancholia", in *Psychoanalysis in France*, orgs. Serge Lebovici e Daniel Widlocher (Nova York: International University Press, 1980), pp. 3-16. Ver também, dos mesmos autores, "Notes on the Phantom: A Complement to Freud's Metapsychology", in *The Trial(s) of Psychoanalysis*, org. Françoise Meltzer (Chicago: University of Chicago Press, 1987), pp. 75-80; e "A Poetics of Psychoanalysis: 'The Lost Object-Me'", *Substance*, Vol. 43, 1984, pp. 3-18.

[40] Irigaray, *Speculum of the Other Woman*, p. 68.

[41] Ver Schafer, *A New Language for Psychoanalysis*, p. 177. Neste seu trabalho e no anterior, *Aspects of Internalization*, Schafer deixa claro que os tropos dos espaços internalizados são construções fantasísticas, mas não processos. Isso coincide claramente, de uma maneira muito interessante, com a tese apresentada por Nicholas Abraham e Maria Torok, de que "a incorporação é meramente uma fantasia que tranqüiliza o ego" ("Introjection-Incorporation", p. 5).

[42] Claramente, este é o fundamento teórico de *The Lesbian Body*, de Monique Wittig, trad. Peter Owen (Nova York: Avon, 1976), o qual sugere que o corpo feminino heterossexualizado é compartimentalizado e tornado sexualmente não reativo. O processo de desmembramento e remembramento desse corpo por meio do ato sexual lésbico realiza

a "inversão" que revela o chamado corpo integrado como completamente desintegrado e deserotizado, e o corpo "literalmente" desintegrado como capaz do prazer sexual por meio de suas superfícies. Significativamente, não há superfícies estáveis nesses corpos, pois o princípio político da heterossexualidade compulsória é compreendido como determinante do que conta como corpo total, completo e anatomicamente distinto. A narrativa de Wittig (que é ao mesmo tempo uma antinarrativa) questiona essas noções culturalmente construídas sobre a integridade corporal.

[43] Essa noção de que a superfície do corpo é projetada é parcialmente articulada pelo próprio conceito freudiano de "ego corporal". A afirmação de Freud de que "o ego é antes de mais nada um ego corporal" (*The Ego and the Id*, p. 16) sugere que há um conceito de corpo que determina o desenvolvimento do ego. E Freud continua a frase acima: "[o corpo] não é meramente uma entidade superficial, mas é ele mesmo a projeção de uma superfície." Para uma interessante discussão da visão de Freud, ver Richard Wolheim, "The bodily ego", in *Philosophical Essays on Freud*, orgs. Richard Wolheim e James Hopkins (Cambridge: Cambridge University Press, 1982). Para um relato provocativo do "ego-pele", que, infelizmente, não considera suas implicações para o corpo sexuado, ver Didier Anzieu, *Le moi-peau* (Paris: Bordas, 1985), publicado em inglês como *The Skin Ego: A Psychoanalytic Theory of the Self*, trad. Chris Turner (New Haven: Yale University Press, 1989).

[44] Ver capítulo 2, nº 4. Doravante, as referências de página a esse ensaio aparecerão no texto.

[45] Ver Gayle Rubin, "Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality", in *Pleasure and Danger*, pp. 267-319. A apresentação de Rubin sobre poder e sexualidade, na conferência de 1979 sobre *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, ocasionou uma modificação importante em minha maneira de pensar sobre o *status* construído da sexualidade lésbica.

[46] Ver (ou, melhor, não ver) Joseph Shepher, org., *Incest: A Biosocial View* (Londres: Acadaemic Press, 1985), para uma explicação determinista do incesto.

[47] Ver Michele Z. Rosaldo, "The Use and Abuse of Anthropology: Reflections on Feminism and Cross-Cultural Understanding", *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Vol. 5, nº 3, 1980.

[48] Sigmund Freud, *Three Essays on the Theory os Sexuality*, trad. James Strachey (Nova York: Basic Books, 1962), p. 7.

[49] Peter Dews sugere, em *The Logics of Desintegration: Post-Structuralist Thought and the Claims of Critical Theory* (Londres: Verso, 1987), que a apropriação de Lacan do Simbólico de Lévi-Strauss envolve um considerável estreitamento do conceito: "A adaptação de Lévi-Strauss por Lacan transforma os 'sistemas simbólicos' múltiplos daquele em uma ordem simbólica única, e permanece [a] negligência das possibilidades de sistemas de sentido que promovam ou mascarem as relações de força" (p. 105).

3. ATOS CORPORAIS SUBVERSIVOS

[1] Esta parte, "A corpo-política de Julia Kristeva", foi originalmente publicada em *Hypatia*, na edição especial sobre a Filosofia Feminista Francesa, Vol. 3, nº 3, inverno de 1989, pp. 104-118.

[2] Julia Kristeva, *Revolution in Poetic Language*, trad. Margaret Walker, com introdução de Leon Roudiez (Nova York: Columbia University Press, 1984), p. 132. O texto original é *La Revolution du language poetique* (Paris: Éditions du Seuil, 1974).

[3] *Ibid.*, p. 25.

[4] Julia Kristeva, *Desire in Language, A Semiotic Approach to Leterature and Art*, org. Leon S. Roudiez, trad. Thomas Gorz, Alice Jardine e Leon S. Roudiez (Nova York: Columbia University Press, 1980), p. 135. Trata-se de uma coletânea de ensaios compilada a partir de duas fontes diferentes: *Polylogue* (Paris: Éditions du Seuil, 1977), e Σημειωτιχὴ: Recherches pour une sémanalyse (Paris: Éditions du Seuil, 1969).

[5] *Ibid.*, p. 135.

[6] *Ibid.*, p. 134.

[7] *Ibid.*, p. 136.

[8] *Ibid.*

[9] *Ibid.*, p. 239.

[10] *Ibid.*, pp. 239-240.

[11] *Ibid.*, p. 240. Para uma análise extremamente interessante das metáforas reprodutoras como descritivas do processo da criatividade poética, ver Wendy Owen, "A Riddle in Nine Syllables; Female Creativity in the Poetry of Sylvia Plath", tese de doutorado, Universidade de Yale, Departamento de Inglês, 1985.

[12] Kristeva, *Desire in Language*, p. 239.

[13] *Ibid.*, p. 239.

[14] Gayle Rubin, "The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex", in *Toward an Anthropology of Women*, Rayna R. Reiter, org. (Nova York: Monthly Review Press, 195), p. 182.

[15] Ver *Banquete*, de Platão, 209a: Da "procriação... do espírito", ele escreve que esta é uma capacidade específica do poeta. Conseqüentemente, as criações poéticas são compreendidas como desejo sublimado de reprodução.

[16] Michel Foucault, *The History of Sexuality, Volume I: An Introduction*, trad. Robert Hurley (Nova York: Vintage, 1980), p. 154.

[17] Michel Foucault, org., *Herculine Babin, Being the Recently Discovered Memoirs of a Nineteenth Century Hermaphrodite*, trad. Richard McDongall (Nova York: Colophon, 1980), publicado originalmente como *Herculine Babin, dite Alexina B. presenté par Michel Foucault* (Paris: Gallimard, 1978). Todas as referências serão das versões em inglês e em francês deste texto.

[18] "A noção de 'sexo' tornou possível agrupar, numa unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres, e permitiu que se usasse essa unidade fictícia como um princípio causal." Foucault, *The History of Sexuality, Volume I*, p. 154. Ver capítulo 3, parte i, onde a passagem é citada.

[19] "Sexual Choice, Sexual Act: Foucault and Homossexuality", trad. James O'Higgins, publicado originalmente em *Salmagundi*, Vols. 58-59, outono de 1982 - inverno de 1983, pp. 10-24; republicado em *Michel Foucault, Politics, Philosophy, Culture: Interviews and Others Writings, 1977-1984*, org. Lawrence Kritzman (Nova York: Routledge, 1988), p. 291.

[20] Michel Foucault, *The Order of the Things: Na Archaeology of the Human Sciences* (Nova York: Vintage, 1973), p. xv.

[21] Michel Foucault, org., *I, Pierre Rivière, Having Slaughtered My Mother, My Sister, and My Brother: A Case of Parricide in the 19th Century*, trad. Frank Jellinek (Lincon: University of Nebraska Press, 1975), publicado originalmente como *Moi, Pierre Rivière ayant égorgé ma mère, ma soeur et mon frère...* (Paris: Éditions Gallimard, 1973).

[22] Jacques Derrida, "From Restricted to General Economy: A Hegelianism without Reserve", in *Writing and Difference*, trad. Alan Bass (Chicago: University of Chicago Press, 1978), originalmente publicado como *L'Écriture et la différance* (Paris: Éditions du Sueil, 1967).

[23] Ver Hélène Cixous, "The Laugh of Medusa", in *New French Feminisms*.

[24] Citado in Anne Fausto-Sterling, "Life in the XY Corral", Women's Studies International Forum, Vol. 12, nº 3, 1989, Special Issue on Feminism and Science: In Memory of Ruth Bleier, organizado por Sue V. Rosser, p. 328. Todas as demais citações nesta parte são extraídas deste seu artigo e de dois outros artigos por ela citados: David C. Page, *et al*, "The sex-determining region of the human Y chromossome encodes a finger protein", in *Cell*, nº 51, pp. 1091-1104, e Eva Fisher e Linda Washburn, "Genetic control of primary sex determination in mice", *Annual Review of Genetics*, nº 20, pp. 327-360.

[25] Wittig observa que, "comparado ao francês, o inglês tem a reputação de quase não possuir gêneros, ao passo que o francês passa por uma língua muito ricamente marcada nesse aspecto. É verdade que, estritamente falando, o inglês não aplica a marca de gênero a objetos inanimados, a coisas ou a seres não humanos. Porém, tratando-se das categorias de pessoas, ambas as línguas são, na mesma medida, portadoras de gênero" ("The Mark of Gender", *Feminist Isues*, Vol. 5, nº 2, outono de 1985, p. 3).

[26] Embora a própria Wittig não questione este ponto, sua teoria pode explicar a violência contra os sujeitos sexuados — mulheres, lésbicas, homens *gays*, para nomear uns poucos — como a imposição violenta de uma categoria violentamente construída. Em outras palavras, os crimes sexuais contra esses corpos os reduzem a seu "sexo", assim reafirmando e impondo a redução da própria categoria. Considerando que o discurso não se restringe à escrita ou à fala, mas é também uma ação social, e mesmo uma ação social violenta, temos a obrigação de entender o estupro, a violência sexual e a "malhação de veados" como a categoria sexual em ação.

[27] Monique Wittig, "One is Not Born a Woman", *Feminist Isues*, Vol. 1, nº 2, inverno de 1981, p. 48.

[28] *Ibid.*, p. 17.

[29] Wittig, "The Mark of Gender", p. 4

[30] Monique Wittig, "The Straight Mind", *Feminist Isues*, Vol. 1, nº 1, verão de 1980, p. 105.

[31] *Ibid.*, p. 107.

[32] *Ibid.*, p. 106.

[33] "The Mark of Gender", p. 4.

[34] *Ibid.*, p. 5.

[35] *Ibid.*, p. 6.

[36] *Ibid.*

[37] *Ibid.*

[38] *Ibid.*

[39] Monique Wittig, "Paradigm", in *Homosexualities and French Literature: Cultural Contexts/Critical Texts*, orgs. Elaine Marks e George Stambolian (Ithaca: Cornel University Press, 1979), p. 119. Considere-se, contudo, a diferença radical existente entre a aceitação por Wittig do uso da linguagem que valoriza o sujeito falante como autônomo e universal e, por outro lado, o esforço nietzschiano de Deleuze para deslocar o "eu" falante como centro do poder lingüístico. Embora ambos sejam críticos em relação à psicanálise, a crítica do sujeito de Deleuze, pelo recurso à noção de vontade de poder, tem paralelos mais estreitos com os deslocamentos do sujeito falante pelo semiótico/inconsciente dos discursos psicanalíticos lacaniano e pós-lacaniano. Para Wittig, parece que a sexualidade e o desejo são articulações autodeterminadas do sujeito individual, ao passo que tanto para Deleuze quanto para seus oponentes psicanalíticos o desejo desloca e descentra necessariamente o sujeito. "Longe de pressupor um sujeito", argumenta Deleuze, "o desejo não pode se realizar, exceto no ponto em que se é privado do poder de dizer 'eu'"; Gilles Deleuze e Claire Parnet, *Dialogues*, trad. Hugh Tomlinson e Barbara Habberjam (Nova York: Columbia University Press, 1987), p. 89.

[40] Ela dá crédito ao trabalho de Mikhail Bahktin em várias ocasiões por conta desse *insight*.

[41] Monique Wittig, "The Trojan Horse", *Feminist Isues*, outono de 1984, p. 47.

[42] Ver "The Point of View: Universal ou Particular?", *Feminist Isues*, Vol. 3, nº 2, outono de 1983.

[43] Ver Wittig, "The Trojan Horse".

[44] Ver Monique Wittig, "The Place of Action" in *Three Decades of the French New Novel*, org. Lois Oppenheimer (Nova York: International University Press, 1985).

[45] Wittig, "The Trojan Horse", p. 48.

[46] "The Place of Action", p. 135. Nesse ensaio, Wittig faz uma distinção entre um "primeiro" e um "segundo" contrato na sociedade: o primeiro é o de uma reciprocidade radical entre os sujeitos falantes, que trocam palavras que "garantem" a completa e exclusiva disposição da linguagem para todos (135); no segundo contrato, as palavras funcionam para exercer uma força de dominação sobre os outros, ou, a rigor, para privá-los do

direito e da capacidade social de falar. Nesta forma "degradada" de reciprocidade, argumenta Wittig, a própria individualidade é obliterada pelo fato de ser enunciada numa linguagem que exclui o ouvinte como falante potencial. Wittig conclui o ensaio com o seguinte: "o paraíso do contrato social só existe na literatura, onde os tropismos, por sua violência, têm a capacidade de se opor a toda e qualquer redução do 'eu' a um denominador comum, de romper a trama opressiva dos lugares-comuns, e de impedir continuamente sua organização em um sistema de significação compulsória." (139)

[47] Monique Wittig, *Les Guérillères*, trad. David LeVay (Nova York: Avon, 1973), originalmente publicado sob o mesmo título (Paris: Éditions de Minuit, 1969).

[48] Wittig, "The Mark of Gender", p. 9.

[49] Em "The Social Contract", dissertação apresentada na Universidade de Colúmbia em 1987 (a ser publicada numa coletânea dos ensaios de Wittig pela Beacon Press), Wittig situa sua própria teoria de um contrato lingüístico primário nos termos da teoria de Rousseau do contrato social. Embora ela não seja explícita a este respeito, parece que entende o contrato pré-social (pré-heterossexual) como uma unidade da vontade — isto é, como uma vontade geral, no sentido romântico de Rousseau. Para um uso interessante da teoria de Wittig, ver Teresa de Lauretis, "Sexual Indifference and Lesbian Representation", in *Theatre Journal*, Vol. 40, nº 2 (maio de 1988), e "The Female Body and Heterosexual Presumption", in *Semiotica*, nº 67, Vol. 3-4, 1987, pg. 259-279.

[50] Wittig, "The Social Contract".

[51] Ver Wittig, "The Straight Mind" e "One is Not Born a Woman".

[52] Wittig, "The Social Contract", p. 10.

[53] Wittig, "The Straight Mind" e "The Social Contract".

[54] Michel Foucault, "Nietzsche, Genealogy, History", in *Language, Counter-Memory, Practice: Selected Essays and Interviews by Michel Foucault*, trad. Donald F. Bouchard e Sherry Simon, org. Donald F. Bouchard (Ithaca: Cornell University Press, 1977), p. 148. As referências no texto dizem respeito a este ensaio.

[55] Mary Douglas, *Purity and Danger* (Londres, Boston e Henley: Routledge e Kegan Paul, 1969), p. 4.

[56] *Ibid.*, p. 113.

[57] Simon Watney, *Policing Desire: AIDS, Pornography, and the Media* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988).

[58] Douglas, *Purity and Danger*, p. 115.

[59] *Ibid.*, p. 121.

[60] *Ibid.*, p. 140.

[61] O ensaio de Foucault "A Preface to Transgression" (in *Language, Counter-Memory, Practice*) de fato apresenta uma interessante justaposição com a noção de Douglas das fronteiras do corpo constituídas através de tabus do incesto. Escrito originalmente em homenagem a Georges Bataille, esse ensaio explora em parte a "sujeira" metafórica dos prazeres transgressivos e a associação do orifício proibido com a tumba coberta de pó. Ver pp. 46-48.

[62] Kristeva discute o trabalho de Mary Douglas numa pequena parte de *The Powers of Horror: An Essay on Abjection*, trad. Leon Roudiez (Nova York: Columbia University Press, 1982), originalmente publicado como *Pouvoirs de l'horreur* (Paris: Éditions du Seuil, 1980). Assimilando os *insights* de Douglas à sua própria reformulação de Lacan, Kristeva escreve: "A desonra é o que é descartado pelo *sistema simbólico*. É o que escapa à racionalidade social, à ordem lógica em que se baseia uma agregação social, que então se diferencia de uma aglomeração temporária de indivíduos e, em resumo, constitui *um sistema de classificação* ou *uma estrutura*" (p. 65).

[63] *Ibid.*, p. 3.

[64] Iris Marion Young, "Abjection and Oppression: Unconscious Dynamics of Racism, Sexism, and Homophobia", artigo apresentado na Society of Phenomenology and Existencial Philosophy Meetings, Northwestern University, 1988. O artigo seria publicado nas atas das reuniões de 1988 pela State University of New York Press. Também seria incluído, como parte de um capítulo mais amplo, em seu *The Politics of Difference*, a ser publicado.

[65] Partes da discusão a seguir foram publicadas em dois contextos diferentes, em meus "Gender Trouble, Feminist Theory, and Psychoanalytic Discourse", in *Feminism/Postmodernism*, org. Linda J. Nicholson (Nova York: Routledge, 1989), e "Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory", in *Theatre Journal*, Vol. 20, nº 3, inverno de 1988.

[66] Michel Foucault, *Discipline and Punish: the Birth of Prison*, trad. Alan Sheridan (Nova York: Vintage, 1979), p. 29.

[67] *Ibid.*, p. 30.

[68] Ver o capítulo "Role Models", in Esther Newton, *Mother Camp: Female Impersonators in America* (Chicago: University of Chicago Press, 1972).

[69] *Ibid.*, p. 103.

[70] Fredric Jameson, "Posmodernism and Consumer Society", in *The Anti-Aesthetic: Essays on Postmodern Culture*, org. Hal Foster (Port Townsend, WA.: Bay Press, 1993), p. 114.

[71] Ver Victor Turner, *Drama, Fields and Metaphors* (Ithaca: Cornell University Press, 1974). Ver também Clifford Geertz, "Blurred Genres: The Refiguration of Thought", in *Local Knowledge, Further Essays in Interpretative Anthropology (Nova York: Basic Books, 1983).*

Índice remissivo

abjeto, O, 191
Abraham, Nicolas, 104-09, 226n35,n39
Anzaldua, Gloria, 218n24
Anzieu, Didier, 227n43
Aretha, 44, 219n34

Bahktin, Mikhail, 173, 230n40
Barnes, Djuna, 173
Beauvoir, Simone de, 26-27 28-32, 59, 162-63, 180, 183, 216n11, 217
berdache, 216n8
bissexualidade, 87-88, 116-17
Borges, Jorge Luis, 151

Chasseguet-Smirgel, Janine, 226n36
Cixous, Hélène, 152, 229n23
Complexo de Édipo, 93-109
corpos, como superfícies, 27, 59, 185-89, 217n20
Cott, Nancy F., 215n5
cromossomos, 156-62

Deleuze, Gilles, 172, 230n39
Derrida, Jacques, 151-52, 215n2, 229n22
Descartes, René, 32, 43, 186
Dews, Peter, 227n49
diferença (*différance*), 33, 68-72
distinção sexo/gênero, 24-27, 38-39, 65-67, 160, 162-65, 196, 216n7
Doane, Mary Ann, 223n18
Douglas, Mary, 188-92, 231n55, 232n62

Édipo, complexo de, 93-109
ego corporal, 227n43
Eicher, Eva, 158
Engels, Friedrich, 65
English, Dierdre, 220-21n53
escrita feminina (*écriture feminine*), 34
espaço psíquico interior, crítica do, 104, 110, 192-201
estilo corporal, 198-99

falocentrismo, 32-33, 54-55, 68, 152
Fausto-Sterling, Anne, 157-62, 216n9, 229n24
feminismo: e política de representação, 17-24, *ver também* política de coalizão
Ferenczi, Sandor, 83
Foucault, Michel, 18, 38-40, 46-47, 51-52, 53-54, 8, 101, 112-14, 137-55, 215n1, 216n10, 225n30, 228-29; e o corpo, 186-87, 190; e *Vigiar e punir*, 192-93
Foz-Keller, Evelyn, 216n9
Freud, Sigmund, 51, 72,

91-116, 160, 220n47, 225n33, 227n43
Fuss, Diana, 221n55

Gallagher, Catherine, 216n10
Gallop, Jane, 52
Garbo, Greta, 185
Geertz, Clifford, 69, 232n71
gene sexual, 156-62
gênero, categoria de, 25-27, 222n3; como *performativo*, 48, 59, 168, 192-201; como prática reguladora, 37-48, 57-59; *ver também* distinção sexo/gênero e Paródia
gênero; e patriarcado, 63-64
genealogia: como crítica, 20-21, 42, 46, 58-59, 91, 100-09, 140, 186-87, 191, 212-14
Grupo de Estudo de Biologia e Gênero, 216n9

Haar, Michel, 42
Haraway, Donna, 216n9
Harding, Sandra, 215n4, 216n9
Heath, Stephen, 86
Hegel, G. W. F., 152, 217n21
Herculine Babin, 46-47, 140-55
heterossexualidade compulsória, *ver* matriz heterossexual
hipótese repressiva, *ver* poder, Kristeva
Hobbard, Ruth, 216n9
Hollibaugh, Amber, 220-21n53
homossexualidade, 56-57, 59; e Lacan, 80-87, 224n20; e Joan Riviere, 82-86, 102, 224n21; e Kristeva, 128-33; e melancolia, 153-54; e Wittig, 161-84
Hooks, Bell, 224n23
Husserl, Edmund, 32

ideal de ego, 93, 226n36
identidades *butch/femme*, 56, 177-79
identificação, 91-109, 181-97, 226n34, n38
imitação, 56-59, 176-77, 195-201, 205-14
imperialismo epistemológico, 33, 64, 205-11
internalização, 91-109, 181-82, 226n38
Irigaray, Luce, 28-33, 39-41, 45, 50, 53-54, 70, 106, 218n25, 221n54, 222n8, 223n10

Jameson, Fredric, 221n56, 232n70
Jones, Ernest, 82

Kafka, Franz, 187, 221n1
Kerr, Barbara T., 220-21n53
Kessler, Suzanne J., 216n8
Klein, Melanie, 225n32
Kofman, Sarah, 223n15
Kristeva, Julia, 91, 103, 121-39, 225n32; e o abjeto, 190-92; e o lesbianismo, 130-33; e o corpo materno, 122-135; e orientalismo, 134; e a hipótese repressiva, 136-39

Lacan, Jacques, 74-82, 220n52, 223n13-15, 230n39; e Kristeva, 121-22, 232n62; e sexualidade lésbica, 80-82, 442n20; e a lei paterna, 52-54, 73, 88-91; e o Simbólico, 41, 52, 73-78, 227n49
Lacquer, Thomas, 216n10
Lauretis, Teresa de, 231n49
lei, concepções da, *ver* poder
Leibniz, 69
Lévi-Strauss, Claude, 65-74, 222n5, n7, n9, 159n11-12
Lowe, Marian, 216n9
luto, 91-109, 128, 224n19

MacCormack, Carol, 66, 222n2
Marcuse, Herbert, 110
Marx, Karl, 22, 59, 169
mascarada, a feminilidade como, 77-87, 223n18
matriz heterossexual, 31-32, 215-16n6
McKenna, Wendy, 216n8
melancolia, 80, 28, 87, 91-109, 153-54, 224n19
metafísica da substância, 29, 37-43, 45, 201
Moraga, Cherríe, 218n24, 220-21n53

Newton, Esther, 195-96, 224n22, 232n68
Nietzsche, Friedrich, 42, 48, 91, 193, 215n1, 225n30

O'Barr, Jean F., 216n9
Owen, Wendy, 220n46, 228n11

Page, David, 156-62
parentesco, 52, 68-74
paródia, 56-60, 78, 176-77, 196-201, 206-14
patriarcado, 20-21, 63-64
performance, *ver* gênero
personificação, 194-95
Platão, 32, 110, 137, 228n15
Pleasure and Danger, 220-21n53, 224n22
poder, 18-21, 33, 54-55, 140, 146-49, 179
política de coalizão, 35-37
política da identidade, 17-21, 205-14
predisposições, sexuais, 95-109
Proust, Marcel, 173

Questions Feministes, 219n30
Quintanales, Mirtha, 220-21n53

repetição, 54, 56-59, 168, 198-214
Riley, Denise, 20, 215n3
Riviere, Joan, 82-87, 224n21, n24-25
Rosaldo, Michele, 227n47
Rose, Jacqueline, 52-53, 56, 88, 220n49, n51, 224-25n29
Rubin, Gayle, 110-14, 220-21n53, 222n4, 227n45
Russo, Mary, 223n18

Samois, 220-21n53
Sarraute, Natalie, 173
Sartre, Jean-Paul, 30, 32, 186, 217n21
Schafer, Roy, 226n38, n41
Schwaber, Paul, 225n33
Scott, Joan W., 217n17
Sedgwick, Eve, 221-22n9
Semiótico, 121-37
sexo, categoria do, 24-28, 65-69, 137, 141-43, 148-49, 156-62
sexualidades, debates sobre, 55-56, 220-21n53
Shefer, Joseph, 227n46
Spelman, Elizabeth V., 218n22

Spivak, Gayatri Chakravorty, 218n23, 223n18
Stoller, Robert, 48, 219n38
Strathern, Marilyn, 66, 222n2
sujeito, crítica do, 17-24, 36-37, 205-14
Simbólico, 41, 227n49

tabu do incesto, 93-109, 110-14, 117, 227n46
Torok, Maria, 104-09, 226n35, n39, n41
Transexualidade, 107-09
tristeza, *ver* luto
Turner, Victor, 232n71
Tyler, Parker, 185

Vance, Carole, 220-21n53

Walton, Shirley, 224n22
Washburn, Linda, 158
Watney, Simon, 189, 231n57
Whitehead, Harriet, 216n8
Williams, Walter C., 216n8
Wittig, Monique, 40-44, 49-53, 58, 63, 161-86, 190, 218n26, 219n30, n32-33, n40-41, 155n42-45, n47, 226n42, 229n25-27, 230-31n28-53; e categoria sexual, 162-69; e o contrato heterossexual, 173-76; e linguagem, 168-69, 174, 184; e materialismo, 49, 169, 172, 180-81
Wollheim, Richard, 226n34, 227n43

Young, Iris Marion, 191, 323n64

"Explicar as categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo como efeitos de uma formação específica de poder supõe uma forma de investigação crítica, a qual Foucault, reformulando Nietzsche, chamou de "genealogia". A crítica genealógica recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, ela investiga as apostas políticas, designando como *origem* e *causa* categorias de identidade que, na verdade, são *efeitos* de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos."

ISBN 978-85-200-0611-5